

Constituinte já tem 150 a favor ³⁴

BRASÍLIA – O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) conseguiu recolher, até o início da noite de ontem, 150 assinaturas de apoio à proposta de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte Restrita, de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1999. A proposta de Miro é que a assembléia discuta apenas o sistema tributário, o pacto federativo e a reforma político-partidária. O deputado, que ganhou até o apoio formal do presidente Fernando Henrique, espera aprovar a proposta até maio do ano que vem.

“Espero que o apoio do presidente Fernando Henrique à minha proposta seja sincero”, disse ele. Para Miro, a reforma político-partidária só tem chances de sair do papel se for discutida globalmente e não isoladamente, como ocorre hoje com as mais de 30 emendas sobre o tema em tramitação no Congresso. “Quando se discute os pontos isoladamente, as dificuldades de aprova-

ção são maiores”, afirmou o deputado. Por isso, ele acredita mais numa Assembléia Nacional Constituinte.

Miro Teixeira considera dois pontos essenciais na reforma político-partidária: a criação da fidelidade partidária e da cláusula de barreira, para impedir a proliferação de partidos. “Uma coisa é um partido como o PC do B, que tem 75 anos de história. Outra coisa bem diferente são essas siglas que funcionam como partidos de aluguel”, comparou.

Na opinião de Miro, porém, a reforma tributária é o ponto mais importante da convocação da assembléia para 1999. “É isso que interessa à população: mexer em questões que acabem com o desemprego e com as altas taxas de juros”, afirmou.

Todos os líderes de partidos governistas assinaram a proposta pela convocação da assembléia. “Mas assinar não significa que se vai votar a favor”, observou o deputado. Na

verdade, a proposta de Miro enfrenta resistências no Congresso. Os partidos de oposição são contrários à convocação da Constituinte porque temem que o governo inclua outros temas, como a reforma administrativa e a da Previdência.

Para fazer uma revisão restrita em 1999, Miro fez uma emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte a partir de 1º de fevereiro de 1999. Para que sua emenda comece logo a tramitar, o deputado precisa de 172 assinaturas de apoio. “Acho que amanhã (hoje) chego a esse número”, previu.

Assim que tiver obtido as assinaturas, a emenda será entregue à Mesa e seguirá para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Depois, será examinada por uma Comissão Especial e só então irá para o plenário, onde terá que passar por duas votações. Aprovada na Câmara, seguirá para o Senado.